O AMOR POR PRINCIPIO, E A ORDEM POR BASE, O PROGRESSO POR FIM.

O positivismo no Brasil: Uma ideologia de longa duração

ALFREDO BOSI

Há, pelo menos, três gerações o termo positivismo vem conhecendo baixa cotação entre os estudiosos de ciências humanas. Antropólogos, historiadores, críticos literários e pensadores das mais variadas tendências têm visto nos métodos positivistas de fazer ciência uma regressão aos determinismos do século XIX. O alvo comum a ser combatido seria o seu vezo factualista – "contra fatos não há argumentos" [...]; vezo que ignoraria o drama das relações intersubjetivas e, em escala maior, o movimento contraditório da História ao qual, desde Hegel e Marx, se dá o nome de dialética.

O positivismo seria a hegemonia da coisa espacializada, mensurável, impenetrável, portanto opaca e inerte. Banido das interpretações macro-históricas pela sociologia da cultura e pelo marxismo aberto de Benjamin e Adorno; expulso da crítica literária pelo intuicionismo de Croce e da estilística espanhola ou, mais recentemente, pela semiologia prazerosa do texto de Barthes; rejeitado, desde Bergson, por filósofos prestigiosos do século XX, Heidegger, Jaspers, Sartre e

Alfredo Bosi é professor universitário, do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, crítico e historiador de literatura, autor, entre outras obras, de *História concisa da Literatura Brasileira* (1970), *O Ser e o Tempo da Poesia* (1977), *Céu Inferno: ensaios de crítica literária e ideológica* (1988), *Dialética da Colonização* (1992) e *Machado de Assis: o Enigma do Olhar* (1999).

* Agradeço a Ana Cândida Cruz Costa a gentileza de ter-me proporcionado o acesso às publicações do Apostolado Positivista pertencentes ao acervo de João Cruz Costa.

Templo Positivista do Brasil
Endereço: Rua Benjamin Constant, 74 – Glória – Rio de Janeiro – RJ.

Foucault, o discurso "positivo" acantonou-se e afinou-se no empirismo lógico que dá prioridade ao único "fato" ubíquo e incontestável, a linguagem, a qual, por sua vez, fala de fatos como o signo fala de coisas e de suas relações. Foi o que restou de uma doutrina tão segura de si que pretendia enfeixar no seu sólido Sistema todas as realidades inorgânicas, orgânicas e superorgânicas (sociais), na esteira do mestre Auguste Comte. A sua enciclopédia das ciências culminava com a mais complexa de todas, a Sociologia, que ele próprio criara e batizara com nome híbrido de latim e grego.

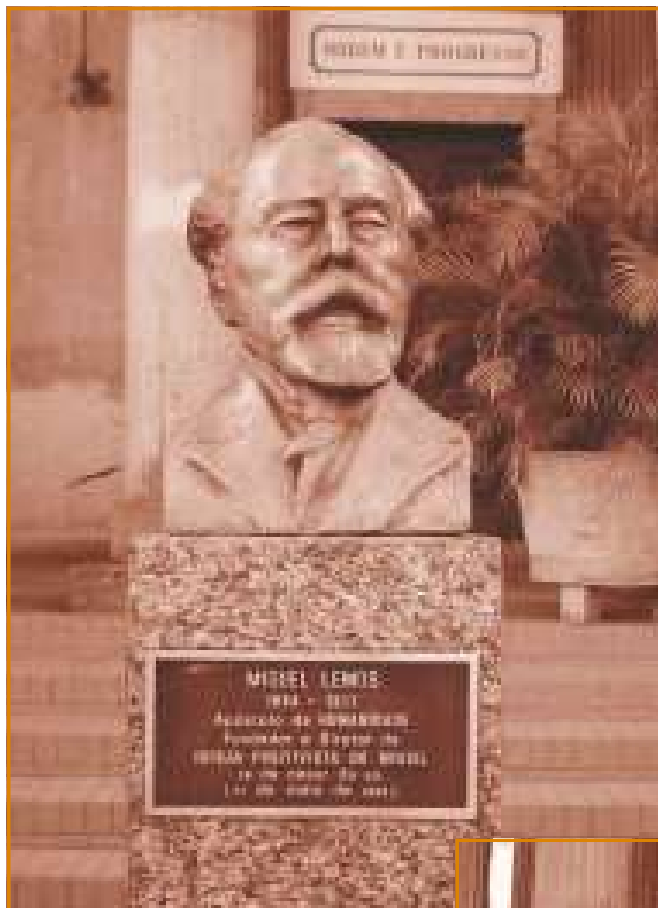
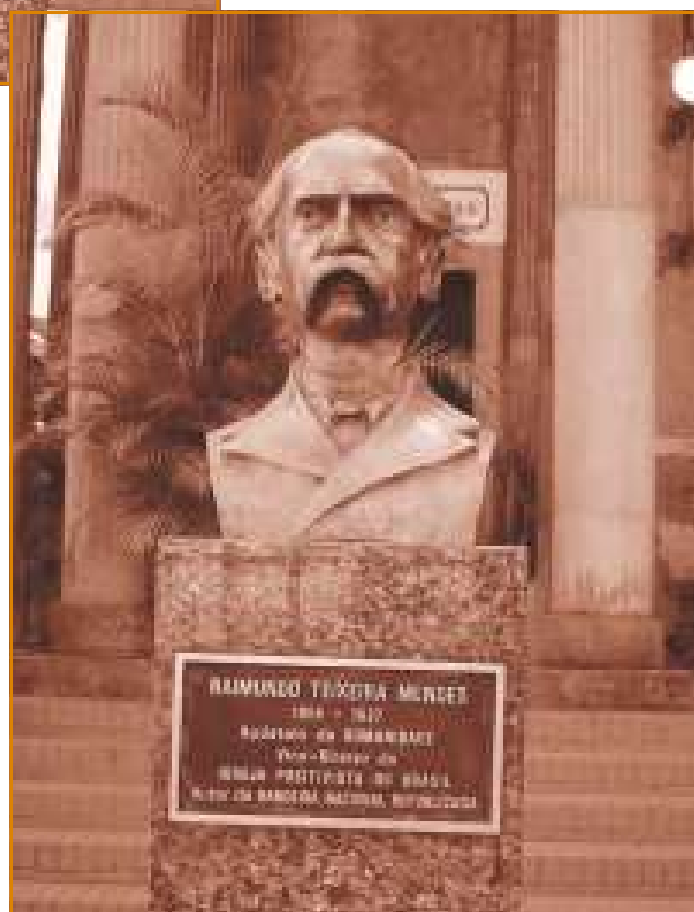
Voltando-se para a História do gênero humano, Comte postulava a lei dos três estados. A humanidade passara pelas etapas *teológica* (primeiro fetichista, depois politeísta, enfim monoteísta), *metafísica* e, finalmente, *positiva*. A última fora propiciada pelas duas revoluções modernas, a política (francesa) e a industrial (inglesa), mas só a filosofia positivista viera inaugurá-la. Na linha do horizonte, o que o mestre divisava era a marcha da Humanidade, o Grão-Ser, única divindade digna do culto de seres racionais. Quanto à ação pública, deveria convergir para a integração ordeira dos indivíduos no regime republicano. As classes sociais, harmonizadas no sistema superorgânico, praticariam a solidariedade, versão leiga do amor fraterno cristão. *Altruísmo* é termo cunhado por Auguste Comte por volta de 1830. Os valores altruístas contrapunham-se aos instintos agressivos da competição: o que distinguia o comtismo do darwinismo social, que identificava na lei da selva o princípio motor de toda a evolução: *struggle for life*. Comte formulara como norma de conduta a expressão oposta: viver para outrem, *vivre pour autrui*.

O *ethos* comteano levava ao ideal de uma sociedade onde predominassem os valores de verdade e transparência: viver às claras, *vivre au grand jour*. No campo ético-político preconizava um regime de benemerência pelo qual os ricos, ditos chefes industriais, zelassem, via administração pública, pelo bem-estar dos pobres, ditos proletários. Os lemas propostos vinham nesta seqüência: o Amor por princípio, a Ordem por base, o Progresso por fim. O dístico de nossa bandeira republicana, *Ordem e Progresso*, sugerido por Benjamin Constant, reproduz a proposta que Comte fizera aos republicanos franceses em 1848.

A fundação do Apostolado

A militância positivista, entre nós, se fez sentir mais intensamente a partir do último quartel do século XIX. Teixeira Mendes compôs em 1924 um resumo cronológico da evolução do Positivismo no Brasil.[1] O seu levantamento mostra que, entre 1850 e meados dos anos 70, a presença da doutrina limitou-se a expressões acadêmicas avulsas. Mendes lembra a tese de doutorado em Matemática de Pereira de Sá apresentada em 1850 à Escola Militar; a correspondência de Nísia Floresta com o filósofo, que ela conhecera pessoalmente em Paris; o folheto do maranhense Brandão Jr. sobre a escravidão no Brasil, publicada em Bruxelas em 1865, que comprova o pioneirismo dos comtistas na luta pela abolição; enfim, algumas profissões de fé da parte de cidadãos ilustres como Benjamin Constant, professor na Escola Militar e repetidor convicto da *Synthèse Subjective*, e o conselheiro João Alfredo.

Só a partir de 1874, com a publicação do primeiro volume de *As Três Filosofias*, do médico paulista Luís Pereira Barreto, e, em 1875, no Rio de Janeiro, com a adesão pública de Miguel Lemos e Teixeira Mendes à Filosofia Positiva, a propaganda ganha consistência grupal. Em 76, Lemos e Mendes foram desligados da Escola Politécnica por terem escrito um artigo de crítica ao Visconde de Rio Branco. No mesmo ano, Oliveira Guimarães, professor de Matemática no Colégio D. Pedro II, fundou a primeira Sociedade Positivista a que aderiram, entre outros, Benjamin Constant, Joaquim Ribeiro de Mendonça, Miguel Lemos e Teixeira Mendes. Os dois últimos partem para Paris em outubro do ano seguinte. Decepcionando-se com o ensino de Emile Littré (o célebre dicionarista que divulgava os ensinamentos de Comte excluindo, porém, os textos religiosos do seu último período), os jovens neófitos passariam a integrar o grupo dos ouvintes de Pierre Laffitte, sucessor oficial de Comte. A residência do mestre na rua Monsieur le Prince número 10 já era então o

[1] MENDES, Teixeira. *Resumo cronológico da evolução do Positivismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Boletim n.º 507 do Templo da Humanidade, 1930. O texto foi redigido em 1924.

Miguel Lemos
1854-1917
Apóstolo da Humanidade
Fundador e diretor da
Igreja Positivista do Brasil.

Teixeira Mendes
1855-1927
Apóstolo da Humanidade
Vice-diretor da
Igreja Positivista do Brasil.

centro de um culto intenso do chamado positivismo ortodoxo, que aceitava não só a doutrina do *Cours de philosophie positive* (1830-1842) mas também a "religião da Humanidade" exposta no *Système de politique positive ou Traité de Sociologie instituant da religion de l'Humanité* (1851-54).

Voltando de Paris no começo de 1881 e ungido por Laffitte como iniciado ao sacerdócio da Humanidade, Miguel Lemos assume a direção da Sociedade Positivista; em maio do mesmo ano, ele a converteria em Centro ou Igreja Positivista Brasileira, que se manteve em atividade até a morte do seu discípulo Teixeira Mendes, em 1927. Sob a direção de ambos, a entidade publicou mais de seiscentos folhetos (dos quais diversos em francês) sobre matérias que iam da defesa da educação leiga ao apoio aos ferroviários detidos pela polícia do Rio, e da condenação do parlamentarismo "burguesocrático" à luta contra a "pedantocracia" dos nossos bacharéis e doutores... Alvos constantes foram também o "despotismo sanitário" e o serviço militar obrigatório.

Impõe-se ao historiador uma triagem. Constam entre os efeitos salutares da militância ortodoxa algumas iniciativas que, em várias conjunturas, se opuseram ao pesado conformismo social de nossas oligarquias liberais desde o fim do Império até o ocaso da República Velha. Pertencem ao saldo positivo: o pensamento antropológico anti-racista; a precoce adesão à campanha abolicionista mais radical; a luta pelo estado republicano leigo com a conseqüente instituição do casamento civil, do registro civil obrigatório e da laicização dos cemitérios; a exigência sempre reiterada da austeridade financeira no trato da coisa pública; enfim, o interesse pela humanização das condições de trabalho operário, que resultou, tanto na França da Terceira República quanto no Brasil, em propostas de leis trabalhistas, afinal implementadas quando políticos gaúchos de formação positivista ascenderam ao poder central em 1930.

I

Anti-racismo e abolicionismo

A estréia da militância positivista no Rio de Janeiro coincidiu com o início da fase aguda do abolicionismo. A campanha desenvolveu-se por todo o país ao longo dos anos 80. O discurso dos ortodoxos foi coerente com três princípios básicos da doutrina de Comte:

1. Na História da Humanidade as três raças deverão concorrer, cada qual a seu modo, para o progresso das sociedades e a harmonia fraterna da civilização. Se a raça branca é mais intelectualizada, a raça negra a supera em sentimento, e é este que deverá com o tempo prevalecer na medida em que a afetividade é a sede do amor, e o amor representa o princípio de todas as ações. Roger Bastide, analisando a questão racial na obra de Comte, nela antevê uma "apologia da mestiçagem" em oposição ao racismo predominante na antropologia européia do século XIX.[2]
2. Os brancos oprimiram por séculos os negros africanos mediante uma instituição "vergonhosa", "criminosa" e "monstruosa" (adjetivos de Comte), a escravidão. A abolição é um dever universal, imperioso e imediato. Convém lembrar que a emancipação dos escravos nas colônias francesas só foi votada no parlamento de Paris em 1848. Durante o período revolucionário Comte passou a interessar-se diretamente pelos destinos republicanos de sua pátria e do Ocidente. Dois anos depois, deu-se a supressão do tráfico no Brasil em virtude principalmente da pressão inglesa. Como se vê, a defasagem entre centro e periferia era real, mas menor do que tantas vezes se afirma.

[2] BASTIDE, Roger. "El positivismo brasileño y la incoroporación del proletariado de color a la civilización ocidental". In: *Revista Mexicana de Sociologia*, VIII, 3, México, set.-dez. 1946.

3. O fim do regime escravo prende-se a um tópico nuclear da doutrina social positivista*: a incorporação do proletariado na sociedade moderna.* Para entender a relação orgânica que ambas as causas entretinham no discurso dos comtistas deve-se ler um dos primeiros boletins da Igreja Positivista brasileira: *O Positivismo e a Escravidão Moderna*, publicado em março de 84 com a dedicatória "À santa memória do primeiro dos pretos Toussaint Louverture (1746-1803), Ditador de Haiti, Promotor e Mártir da liberdade da sua raça." Trata-se de uma antologia de textos sobre a escravidão extraídos das obras de Comte.

O Apostolado sempre vinculou a abolição ao tema do trabalho preocupando-se com o que chamava "proletariado nacional" e manifestando reservas à imigração em massa subsidiada pelo governo. Miguel Lemos e Teixeira Mendes, distanciando-se dos republicanos paulistas, em geral fazendeiros de café ou seus prepostos, tinham plena consciência de que estes bloqueariam, quanto pudessem, medidas abolicionistas drásticas: "Os possuidores de escravos foram os construidores de nossa nacionalidade" – diz Miguel Lemos com ousado realismo histórico –, e são eles que têm dominados até hoje. Por sua iniciativa jamais a extinção da escravidão deu um passo."[3] Como abolicionistas da primeira hora, os ortodoxos foram testemunhas das manobras dilatórias do Partido Republicano em São Paulo, que tanto indignaram Luís Gama a ponto de afastá-lo da agremiação. O seu depoimento vale como contra-argumento à tese acadêmica uspiana, de fundo weberiano, segundo a qual os fazendeiros paulistas, já orientados para "os valores modernos do capitalismo", teriam promovido a substituição do braço escravo pelo trabalho assalariado. Trata-se de um equívoco que troca realidade histórica concreta pela tipologia sociológica.[4]

---

[3] LEMOS, Miguel e MENDES, Teixeira. *A Liberdade Espiritual e a Organização do Trabalho*. Rio de Janeiro: Boletim n.º 54 do Apostolado Positivista do Brasil, 1888. O folheto saiu no dia 21 de abril, três semanas antes da promulgação da Lei Áurea.

[4] Sobre o comportamento dos fazendeiros de café da província de São Paulo durante a campanha abolicionista, ver: SANTOS, José Maria dos. *Os Republicanos Paulistas e a Abolição*. São Paulo: Martins, 1942; e GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. 4.ª ed. São Paulo, 1985, pp. 579-598.

Os corifeus do positivismo, que acompanharam de perto a campanha abolicionista, depõem enfaticamente: "O passo inicial para a abolição foi devido à intervenção estrangeira, que foi o único poder capaz de tornar eficazes as medidas parlamentares votadas a contragosto. Suprimindo o tráfico, tornaram-se necessárias ainda solicitações estranhas, para que o poder central promovesse a segunda das medidas capitais, proclamando a liberdade dos nascituros de mulher escrava. Desta vez, como no caso precedente, o parlamento votou com resistência a medida que lhe era imposta por aquele poder." Refere-se aos votos contrários à Lei do Ventre Livre de 28 de setembro de 1871. "O tempo, porém, que mediou entre ambas, já havia permitido o advento de uma aspiração nacional, verdadeiramente decisiva, em prol da abolição, concorrendo não pouco para esse resultado a luta patriótica presidida por Lincoln. A partir desse momento os escravocratas coligaram-se mais do que nunca. No seu desapontamento chegaram a procurar, com desafios republicanos, garantir a manutenção do que chamavam sua prioridade, julgando assim poder conter as tendências abolicionistas do chefe de Estado [D. Pedro II]."

Quanto à política imigrantista, já em curso ao longo dos anos 80, os dois apóstolos não são menos assertivos: "Não contentes, porém, com sistematizar a permanência de seu deplorável domínio, começaram a engendrar outros meios de obter uma situação pessoal que não diferisse muito da de senhor de escravos. Surgiram, então, sob o pretexto de substituição do braço escravo ou de organização do trabalho livre, projetos sofísticos destinados a encobrir os verdadeiros móveis da burguesocracia. Daí as tentativas de colonização, mediante engodo e falsas promessas, visando-se, em primeiro lugar, especular com a miséria dos grandes núcleos da Europa e dos Estados Unidos, e terminando-se por planejar hipocritamente uma transplantação da raça chinesa."[5]

Uma das reflexões notáveis dos nossos comtistas, e que soa nossa contemporânea, é a refutação do argumento escravista que alertava para o perigo da "vagabundagem do negro", caso fosse liberto por lei. "Para desvanecer este te-

[5] Miguel Lemos e Teixeira Mendes, op. cit.

cido de sofismas importa reconhecer, em primeiro lugar, que a vagabundagem, a recusa ao trabalho, não é um vício peculiar às classes pobres. A contemplação da sociedade demonstra não só que o maior número de vagabundos é fornecido pela burguesia, mas ainda que são esses os vagabundos mais prejudiciais. Porquanto os vadios que ela fornece dispõem de um capital que falta aos outros, e esses recursos os colocam em estado de lesar a sociedade, por modos inacessíveis aos proletários."

O abolicionismo radical dos ortodoxos está na base do rompimento da Igreja Positivista do Rio de Janeiro com a orientação central de Pierre Laffitte. O desligamento, ocorrido em 1883, foi causado por um desacordo doutrinário em torno da legitimidade moral da posse de escravos por um militante positivista. O ex-presidente da Sociedade Fluminense, o Dr. Joaquim Ribeiro de Mendonça, fazendeiro de café do Vale do Paraíba, anunciara no *Jornal do Commercio* a fuga de um seu escravo, prometendo recompensa a quem o apanhasse. Advertido por Miguel Lemos de que, na qualidade de discípulo de Comte, lhe era vedado possuir escravos, o Dr. Mendonça negou-se a alforriar os seus cativos, motivo pelo qual o chefe do Apostolado o excluiu da Igreja. Laffitte, inteirado da decisão de Lemos, interveio conciliatório em favor do fazendeiro alegando que só aos sacerdotes da religião da Humanidade se deveria aplicar aquela proibição. Lemos rompeu então com a direção francesa reafirmando a integridade dos seus princípios.[6]

Na correspondência entre o Dr. Mendonça e Miguel Lemos, este lembra ao fazendeiro o conselho que Comte dera ao Governo francês: entregar as Antilhas aos escravos imediatamente depois de alforriá-los (*Système de politique positive*, IV, cap. 5). E tratando da indenização, que os cafeicultores reclamavam asperamente, Lemos afirma a existência de uma obrigação simétrica: exigir do Império que indenizasse os escravos por "todo o tempo em que trabalharam de graça para os seus senhores".

[6] V. a excelente exposição de Cruz Costa sobre as causas da ruptura de Miguel Lemos com Laffitte em *O Desenvolvimento da Filosofia no Brasil no Século XIX e a Evolução Histórica Nacional*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1950, pp. 208-222.

A defesa dos indígenas também foi tomada a peito pelo Apostolado. No anteprojeto de constituição que Miguel Lemos ofereceu ao Governo republicano, as terras dos nativos deveriam pertencer a uma nação ao mesmo tempo incluída no território nacional e dotada de estatuto próprio e independente, um outro Brasil. É conhecida a íntima conexão de Rondon com a Igreja Positivista à qual se manteve sempre fiel, e que o inspirou no seu trabalho junto ao Serviço de Proteção aos Índios.[7]

II

A questão social

O interesse de Comte pela questão social ou, mais especificamente, pela classe operária remonta aos seus anos juvenis quando trabalhou como secretário de Saint-Simon. A filiação de Comte ao célebre industrial reformista foi precoce: basta dizer que, aos vinte e quatro anos, ele escreveu um *Plano dos trabalhos científicos necessários para reorganizar a sociedade* (1822). De Saint-Simon certamente o jovem filósofo herdou a crença no progresso da Humanidade guiada pela ciência e pela indústria. Igualmente a proposta do uso "altruísta" da propriedade traz a marca ética e, afinal, religiosa do sansimonismo. Comte usou o termo "comunismo" no *Discurso sobre o Conjunto do Positivismo*, de 1848, para caracterizar a função social da propriedade. São conhecidas as suas críticas à eco-

[7] MENDES, Teixeira. *A Influência Positivista no Atual Serviço de Proteção aos Índios*. Rio de Janeiro: Igreja e Apostolado Positivista do Brasil. Boletim n.º 334, 21 de dezembro de 1911. Em outro boletim, *O Cientismo e a Defesa dos Indígenas Brasileiros*, datado de 15 de dezembro de 1908, Mendes combate algumas expressões racistas do Dr. Hermann von Ihering, então diretor do Museu Paulista, que pregava a extinção dos caingangs(!). O folheto traz como epígrafe uma afirmação de Comte: "Aos olhos de um verdadeiro filósofo, a ingênua ignorância que distingue, a este respeito, os humildes pensadores da África Central é mais estimável, mesmo em racionalidade, do que a pomposa verbiagem dos soberbos doutores germânicos." (*Politique positive*, tomo III). É significativo que a oposição de Comte aos "doutores germânicos" seria revidada no Brasil dos fins do século XIX, quando Sílvio Romero, admirador do germanófilo Tobias Barreto, investe contra os positivistas no seu libelo vitrioloso *Doutrina contra Doutrina*.

nomia política clássica, que ele considerava abstrata e individualista, logo anti-social. Só a nova moral positiva ou "sociocrática", imbuída do "espírito de conjunto", teria condições de superar o liberalismo anárquico que caracteriza-ra os primeiros decênios da revolução industrial. Daí o seu endosso aos impostos diretos, que incidem sobre a renda dos proprietários, e as suas reservas à transmissão patrimonial pelo instituto da herança. "Nossos comunistas refutaram muito bem os juristas quanto à natureza geral da propriedade" (*Discours sur l'ensemble du positivisme*, parágrafo 64 – *Théorie positive de la propriété*). Acolhendo o princípio da modificabilidade da ordem natural à medida que esta se torna complexa (superorgânica) e ascende à ordem moral, Comte abre caminho para um pensamento político reformista que propõe a intervenção da "sabedoria humana nas diversas fases do movimento social".

Em março de 1848 Comte encomenda a uma comissão de três de seus discípulos diletos um relatório sobre a questão do trabalho. O *Rapport à la société positiviste*, entregue ao filósofo, é uma síntese límpida do discurso social planejador dos ortodoxos flagelos do capitalismo liberal como o desemprego são denunciados com lucidez, e o remédio de um Estado-Providência é recomendado contra as práticas irracionais do *laissez-faire*. "O sofrimento dos trabalhadores é a porção mais preciosa da riqueza pública" – frase que prepara a argumentação dos signatários do Relatório em prol de uma legislação eficiente do trabalho: "Nós cremos que uma grande parte dos males vem da imprevidência, que os industriais não podem combater se não debilmente, que o Estado pode e deve intervir contanto que sua intervenção seja prudente e esclarecida."[8]

Uma das idéias originais do relatório é a do caráter não-venal do trabalho, que não deve ser considerado "uma mercadoria como qualquer outra". Nenhum salário paga o esforço humano. Sendo uma atividade social e pessoal, o trabalho não tem preço. A remuneração do operário deverá ser decomposta em duas partes: a primeira, fixa e maior, seria calculada exclusivamente em fun-

[8] O *Rapport* de Magnin, Jacquemin e Belpaume, prefaciado por Augusto Comte, pode ler-se, na íntegra, na obra de Angèle Kremer-Marietti, *Auguste Comte*. Paris: Seghers, 1970, pp. 170-79.

ção das necessidades do trabalhador e de sua família, composta, em média, de sete membros; a segunda parte, variável, contemplaria a produtividade. A norma de equacionar a base do salário em termos de necessidade objetiva do proletário salvaria toda uma classe de viver ao arbítrio dos donos da produção. Traduzindo em termos marxistas, caberia ao Estado, em última instância, controlar a mais-valia do capitalismo, ou seja, corrigir o mercado de trabalho, tese manifestamente reformista à qual os positivistas nunca renunciaram. Graças à previdência do Estado, outras situações críticas poderiam ser resolvidas ou, pelo menos, aliviadas. O relatório menciona o temor que os operários franceses tinham dos "trabalhadores estrangeiros"; os pesados investimentos em guerras, que costumam ser o antídoto das crises industrias; e as "vergonhosas disputas entre as colônias e as metrópoles". O anticolonialismo é, de resto, tópico presente nos números da *Revue Occidentale*, órgão oficial dos positivistas franceses. Ficamos pasmos com a atualidade dessa radiografia dos impasses do capitalismo industrial feita há cento e cinqüenta anos... Enfim, aconselha-se o governo a provocar, em todas as comunas, assembléias populares onde os cidadãos seriam convidados a discutir sobre as obras públicas a serem executadas nas fases de recessão e desemprego. A comissão que elaborou o texto do Relatório era composta de três operários escolhidos a dedo pelo filósofo: Magnin, oficial marceneiro, relator: Jacquemin, oficial mecânico; Belpaume, oficial sapateiro.

Depois da morte de Comte (1857), as suas teses sobre a incorporação do operário na sociedade moderna foram desdobradas em propostas pontuais de humanização da vida do proletário. A presença de trabalhadores qualificados na Sociedade Positivista animou a participação de seus membros como delegados em congressos operários no último quartel do século XIX. A *Revue Occidentale* constitui um acervo rico de artigos sobre a questão social e as relações ora amistosas, ora tensas, entre os positivistas, os socialistas e os comunistas franceses. No Segundo Congresso Operário, reunido em Lyon em 1878, positivistas e marxistas aprovaram propostas que só a cavaleiro do século XX seriam oficializadas quando da fundação do Ministério do Trabalho, onde a atuação dos sindicalistas comteanos foi decisiva. Reivindicações comuns a todos os

grupos ideológicos: jornada de oito horas, supressão do trabalho noturno para menores e mulheres; igualdade de salários em trabalhos iguais; aposentadoria para os idosos; educação primária universal e gratuita. As propostas trabalhistas da Sociedade Positivista eram elaboradas por uma agremiação de operários estimulados por A. Comte e Laffitte: o *Cercle d'études sociales des prolétaires positivistes de Paris,* de que faziam parte um talhador de cristais, dois cozinheiros, um montador em bronze, vários tipógrafos e mecânicos, um construtor de piano e órgão, um pintor de paredes, dois funileiros ou chumbeiros, um marceneiro, um gravador, um latoeiro. A figura central do grupo era o marceneiro Fabien Magnin (1810-1884), a quem Conte delegara em testamento o papel de futuro presidente perpétuo da Sociedade Positivista e membro do triunvirato que deveria assumir o Governo francês, caso fosse instalada, em 1848, uma ditadura republicana nos moldes da sua doutrina...

No Brasil as intervenções da Igreja Positivista tentavam aplicar ao contexto local os princípios básicos dos ortodoxos franceses. A *Revue Occidentale* era assinada e lida, de ponta a ponta, por Miguel Lemos e Teixeira Mendes. No boletim intitulado *A Verdadeira Política Republicana e a Incorporação do Proletariado na Sociedade Moderna,* Teixeira Mendes reconstitui com minúcia as posições do Apostolado em relação aos direitos do trabalhador. Como estes não haviam sido consignados formalmente na Constituição da República de 1891 (apesar das propostas dos congressistas gaúchos Demétrio Ribeiro e Júlio de Castilhos), o vice-diretor do Apostolado aproveita uma brecha do artigo 78 para legitimar as iniciativas trabalhistas do seu grêmio. Diz o art. 78: "A especificação das garantias e direitos expressos na Constituição Federal não exclui outras garantias e direitos não enumerados, mas resultantes da forma de governo que ela estabelece e dos princípios que consigna." Logo, *o que não exclui pode incluir.*

Teixeira Mendes propõe que façam parte da legislação ordinária:

1. o direito a férias remuneradas, que deve estender-se a todos os funcionários públicos, inclusive os jornaleiros (diaristas), o que, de fato, se efetivou episodicamente em administrações simpáticas às idéias positivistas.

Mendes, para abonar a sua argumentação, transcreve ordens do primeiro ministro da Agricultura da República, o comtista Demétrio Ribeiro, que concedeu 15 dias de férias a todos os seus funcionários, inclusive "praticantes serventes". Não por acaso, Francisco Glicério, republicano da ala paulista, que sucedeu a Demétrio no Ministério, encolheu para 9 dias o período de 15, "em virtude de uma concessão descabida aos preconceitos industrialistas", acusa Teixeira Mendes;

2. o direito à pensão concedida a empregados de idade avançada ou que padecessem de moléstias contraídas nos trabalhos do seu estabelecimento. Tratava-se de medida isolada que o Marechal Deodoro da Fonseca tomou para beneficiar os funcionários da Casa de Correção da Capital Federal;
3. o direito a um salário mínimo, que seria composto, segundo a fórmula de Comte, de um ordenado fixo mais uma gratificação variável. A medida só foi aplicada aos guardas de linha, operários de oficina e estafetas da Repartição Geral dos Telégrafos, sob as ordens de Benjamim Constant quando ministro da Instrução Pública, Correios e Telégrafos do Governo Provisório (agosto de 1890);
4. o direito de greve. Em diversas ocasiões, o Apostolado solidarizou-se com grevistas (operários de construção, ferroviários, doqueiros, carroceiros) e interveio junto às autoridades policiais para que liberassem operários detidos "por aliciarem muitos dos seus colegas para a greve".[10] No caso da greve dos ferroviários do Rio, em outubro de 1905, o protesto contra a "despótica intervenção de nossos governantes" veio calçado por um discurso que comparava o tratamento dado aos proletários pela República com a resistência dos escravistas às medidas abolicionistas. "E nem se pretenda que a greve é o abuso da liberdade, a greve é, pelo contrário, o recurso normal que tem o proletariado contra

[10] MENDES, Teixeira. *A Propósito da Atual Greve dos Operários de Construção*. Rio de Janeiro: Boletim n.º 348 do Apostolado, 8 de outubro de 1912.

os abusos quaisquer de autoridade temporal ou espiritual".[11] Teixeira Mendes identifica as causas do conflito entre patrões e empregados na sobrevivência do "regime militar", que ainda não teria sido superado inteiramente pelo "regime científico-industrial". O espírito de guerra e os hábitos escravistas estariam ainda imperando no cotidiano das fábricas e suscitando a prepotência dos chefes e a revolta dos proletários. Quanto às reivindicações destes, diz: "Assim, ninguém pode contestar hoje a justiça das reclamações proletárias quanto à instituição das oito horas de trabalho industrial diário e a restauração do descanso semanal. Augusto Comte demonstrou mesmo que deveria haver em cada semana dois dias consecutivos de folga, um para o culto público, outro para o repouso doméstico, como já o havia tentado uma lei de Cromwell." Comentando a intervenção da polícia nos conflitos, Teixeira Mendes é categórico: "o Governo exorbita mais do que exorbitava no tempo da monarquia, mandando que o exército fosse empregado na captura de escravos fugidos".[12]

Rastreando as variadas situações em que o Apostolado interveio, encontrei um belo exemplo de solidariedade a grevistas italianos perseguidos como anarquistas pela polícia paulistana e expatriados por força de delações do consulado. Regressando à Itália, os operários deram um testemunho do apoio que receberam do Centro Positivista do Rio, que, como é notório, não comungava com as teses anarco-sindicalistas.[13]

[11] MENDES, Teixeira. *As Greves e a Política Republicana.* Rio de Janeiro: Apostolado, 13 de outubro de 1905.
[12] MENDES, Teixeira. *As Greves, a Ordem Republicana e a Reorganização Social.* A propósito da Greve na Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais. Rio de Janeiro: Boletim n.º 232, 18 de maio de 1906.
[13] "Agradecimento dos operários italianos". A carta, assinada por dez sindicalistas, saiu no *Estado de S. Paulo* e vem datada de 14 de dezembro de 1894. Miguel Lemos transcreveu-a na *14.ª Circular Anual* do Apostolado, Rio de Janeiro, 1894.

III

A ditadura republicana

Os positivistas foram, desde o início, ferrenhos republicanos. A doutrina de Comte, baseada na lei dos três estados, tinha a esse respeito certezas inabaláveis: dissolvido o Antigo Regime com seu mito do direito divino dos reis, a forma republicana se teria imposto como o regime próprio à nova era científica e industrial. No entanto, com o predomínio das tendências puramente negativas e individualistas do que o pensador chamava "metafísica democrática", o republicanismo jacobino foi sendo minado e afinal substituído pelo parlamentarismo "burguesocrático" ao longo da primeira metade do século XIX.

Tendências retrógradas de um lado (monárquicas e teológico-militares) e, de outro, correntes anárquicas bloquearam o caminho que o exemplo da Convenção de 1793 e a obra de Danton tinham aberto, isto é, o modelo da *ditadura republicana*. Neste regime, combinação de jacobinismo e positivismo ordenador, o papel dos parlamentares seria reduzido à votação do orçamento para a qual bastariam apenas três meses de sessões de uma câmara única, a assembléia nacional. A participação dos deputados seria honorífica, logo gratuita. A força do poder executivo é realçada nos níveis nacional e provincial. As reeleições são recomendadas e podem ocorrer regularmente desde que venham sancionadas por plebiscitos. As eleições seriam diretas e o voto se faria a descoberto segundo o princípio reiterado pelo mestre: viver às claras.

O caráter ditatorial do governo não se estenderia, porém, à esfera "espiritual" da sociedade. O Estado não deveria ter ingerência direta nas áreas educacionais, culturais, religiosas e profissionais, em geral, que se desenvolveriam com toda a liberdade a partir das famílias e dos grupos emersos das interações sociais. As instituições acadêmicas estatais e as eclesiásticas sempre foram criticadas por Auguste Comte e seus discípulos que as acusavam de formar literatos, palradores irresponsáveis e parasitas. Comte augurava que os proletários, devidamente instruídos pela militância positivista, substituíssem os *pedantocratas* ornados de

Evolução histórica da Bandeira Nacional. Arquivo do Templo Positivista.

Interior do Templo Positivista Brasileiro
Rua Benjamin Constant, 74 – Glória – Rio de Janeiro – RJ.

diplomas oficiais.[14] Papel relevante na construção de sociocracia seria dado à mulher, sublimada na figura da amada do filósofo, Clotilde de Vaux, a quem os ortodoxos franceses e brasileiros prestavam um culto religioso.

No Brasil a aliança dos positivistas com os republicanos se fez inicialmente nas salas de aula da Escola Politécnica e da Escola Militar. A figura de proa foi Benjamin Constant, professor de Matemática e verdadeiro guru dos jovens engenheiros e oficiais desde os anos 70 até a sua morte, quando já era celebrado como o "fundador da República". Vinculado à Sociedade Positivista do Rio de Janeiro, Benjamin Constant foi sempre ouvinte respeitoso das preleções de Miguel Lemos e Teixeira Mendes, embora se mantivesse distante da posição ortodoxa rígida do Apostolado.

Propostas positivistas incorporadas à nova ordem republicana foram a separação da Igreja do Estado, a implantação do casamento e do registro civil e a secularização dos cemitérios. A divisa da nova bandeira nacional, Ordem e Progresso, representou talvez a vitória simbólica mais ostensiva da linguagem de Comte na construção do imaginário republicano.

Entretanto, os limites da influência do Apostolado logo se fizeram sentir quando se discutiu a primeira Constituição da República em 1891. Uma semana depois de proclamado o novo regime, Miguel Lemos oferecia, "ao Povo e ao Governo da República", algumas "indicações urgentes" que deveriam nortear a curto prazo a política republicana. A rigor, reproduziam medidas que o relatório de Littré-Magnin-Laffitte havia preconizado por ocasião da revolução de 1848. Destaquem-se: a manutenção da ditadura republicana em caráter definitivo; a constituição a ser aprovada em plebiscito nacional votado por todos os cidadãos maiores de 21 anos, soubessem ou não ler e escrever; a

---

[14] O projeto político de Comte ganhou forma precisa em agosto de 1848 quando a situação revolucionária da França o levou a formular as propostas de "um novo governo revolucionário". O filósofo confiou na ocasião a Emile Littré (membro do Instituto e do Conselho Municipal de Paris, relator), Fabien Magnin (marceneiro) e Pierre Laffitte (professor de Matemática) a elaboração de um relatório em que se expusesse "a natureza e o plano do novo governo revolucionário da República francesa". A íntegra desse texto pode ser lida na *Revue Occidentale*, volume 23, Paris, 1889.

separação da Igreja e do Estado; a existência de uma única câmara central com funções exclusivas de assembléia orçamentária.[15]

No plenário da assembléia que elaborou a Constituição de 91 a maioria representava tendências liberais herdadas da monarquia; ou, no caso dos republicanos paulistas, prevalecia a adesão ao modelo norte-americano, que combinava presidencialismo e democracia parlamentar. Os ortodoxos estavam, portanto, em minoria: a ação de positivistas gaúchos como Júlio de Castilhos, Demétrio Ribeiro e Pinheiro Machado não pôde sobrepujar a vertente liberal liderada por Rui Barbosa, com quem Teixeira Mendes iria polemizar mais de uma vez.

Algumas propostas dos positivistas, que hoje consideraríamos progressistas, não encontraram eco no Congresso constituinte: a extensão do voto aos mendigos, analfabetos e praças de pré; a liberdade de testar e adotar com vistas à abolição dos privilégios hereditários; a obrigatoriedade do arbitramento antes de declaração de guerras. Esta última proposta acabou sendo parcialmente adotada na Constituição de 91. Convém lembrar que o pacifismo dos ortodoxos foi coerente e sistemático: condenaram a "guerra fratricida" do Paraguai, recomendando que se devolvessem os troféus tomados ao povo irmão. Com igual veemência deploraram a brutalidade do conflito mundial de 1914 e todas as guerras coloniais nesse período de auge do imperialismo europeu. Comte fora drástico ao propor a conversão dos exércitos nacionais em polícias civis, as gendarmerias. Teixeira Mendes, biografando Benjamin Constant, augurava "a deposição das armas nos museus para que as gerações vindouras pudessem admirar com horror o longo período de barbárie que vem desde a origem da Humanidade transformando os elementos de progresso em elementos de destruição".[16] O Apostolado criticou reiteradamente o serviço militar obrigatório louvando-se no *Catecismo Positivista* e no *Apelo aos Conservadores* de Comte.[17]

---

[15] LEMOS, Miguel. "Ao Povo e ao Governo da República". In *9.ª Circular Anual do Apostolado*. Rio de Janeiro, 1889.
[16] MENDES, Teixeira. *Benjamin Constant*. Rio de Janeiro: Templo da Humanidade, 1913, vol. I, p. 348.
[17] MENDES, Teixeira. *Ainda o Militarismo perante a Política Moderna*. Rio de Janeiro: Boletim n.º 249, Apostolado, 1908.

Difusão. O elo gaúcho

Ivan Lins, na sua bem documentada *História do Positivismo no Brasil*, pesquisou a influência do comtismo em várias províncias do Império. Desde os anos de 1860 e avançando pelas três primeiras décadas da República, intelectuais e políticos mais ou menos afinados com núcleo do Rio defenderam idéias e medidas públicas que ecoavam os preceitos do "mestre de Montpellier". A lista é numerosa. Menciono alguns nomes notórios: Rocha Lima, Clóvis Beviláqua, Capistrano de Abreu, Euclides da Cunha (os dois últimos inclinaram-se para o positivismo apenas nos anos iniciais de da sua formação), Brandão Jr., Celso Magalhães, Barbosa Lima, João Pinheiro, Godofredo Furtado, Cesário Mota, Moniz Freire, Silva Jardim, Pereira Barreto, Alberto Sales, Pedro Lessa, Vicente Licínio Cardoso, Martins Jr., Vicente de Carvalho, Martins Fontes, Aarão Reis, Basílio de Magalhães, Lauro Müller, Serzedelo Correia, Lauro Sodré, Candido Mariano da Silva Rondon, Horta Barbosa. O número de engenheiros, oficiais do exército, professores de Matemática e de Ciências Naturais é alto, seguido de administradores públicos e juristas, profissões em que predominam os valores de ordem, método, organização, planejamento: *prever para prover*. Reformismo, mas não revolução: *conservar melhorando*.

Mas em nenhuma província brasileira o positivismo deitou raízes tão profundas e duradouras como no Rio Grande do Sul. Retomo aqui a análise que fiz do implante do positivismo na política gaúcha.[18] O fenômeno do *castilhismo*, precursor da tendência entre autoritária e progressista dos anos 30, representa exemplarmente a capacidade de uma doutrina européia enxertar-se no tronco ideológico de uma formação social periférica, onde perdurou por largos anos cimentando decisões políticas relevantes e enformando não só discursos mas caracteres, tipos de personalidade. Como o liberalismo conservador e oligárquico do Segundo Reinado, o positivismo no Sul foi uma ideologia de origem européia perfeitamente enxertada

[18] Em *Dialética da Colonização*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992 (cap. "A arqueologia do Estado-Providência").

em interesses locais, nada havendo de deslocado ou postiço na sua longa hegemonia. O liberalismo econômico, implantado com a abertura dos portos em 1808, e o liberalismo parlamentar vigente no período monárquico representaram escolhas funcionais das classes dominantes. O fato de ambas conviverem com o trabalho escravo não foi um paradoxo e muito menos um disparate, mas índice de uma *conexão material e estrutural* que sustentou firmemente o estado imperial até a vitória das campanhas abolicionistas e republicanas.

Júlio de Castilhos (1860-1903), filho de agricultores remediados da região missioneira, conheceu o positivismo nos bancos da Academia de Direito de São Paulo onde ingressou em 1877. Abraçou logo as bandeiras republicanas e abolicionistas radicais que formariam o cerne da sua ação política quando, já de volta à sua província, colaborou na redação das *Bases do Programa dos Candidatos Republicanos*, manifesto do Primeiro Congresso do Partido Republicano Rio-Grandense (1883).

À diferença dos correligionários paulistas, o PRR defendia intransigentemente a liberação imediata dos escravos sem qualquer indenização aos proprietários. As propostas das Bases refletiam as leituras comtianas do jovem Castilhos: supressão dos gastos improdutivos, impostos diretos (em especial, o imposto territorial), alargamento do direito de voto, liberdade de cultos, secularização dos cemitérios, matrimônio civil obrigatório, liberdade profissional. Castilhos pregou essas idéias no órgão do partido, a *Federação*, onde escreveriam, mais tarde, Getúlio Vargas, Pinheiro Machado e Lindolfo Collor.

No começo de 89 Castilhos liderou, em sua estância em Reserva, um grupo de republicanos que radicalizaram, em manifesto à nação, a luta antimonárquica. Entre os subscritores do documento estavam Assis Brasil, Demétrio Ribeiro e Pinheiro Machado.

Proclamada a República, Castilhos e seu discípulo fiel, Borges de Medeiros, tomaram as rédeas do PRR. Borges foi reconduzido cinco vezes à Presidência do Estado e, antes de deixar o poder, indicou o nome de Getúlio Vargas para sucedê-lo (1928). Não cabe aqui narrar as vicissitudes desse período que foi tumultuado por conflitos sangrentos entre os republicanos (os *pica-paus*) e os

liberais da Campanha, chamados *maragatos*. Importa frisar que, ao longo desses quarenta anos, exerceu-se a "ditadura republicana" garantida pelas sucessivas reeleições do presidente do estado. Era a aplicação coerente do conselho comteano da continuidade administrativa, bastante favorecida pelo fato de os eleitores votarem a descoberto: viver às claras... Castilhos e Borges seguiam à risca as cláusulas da Constituição gaúcha de 14 de julho de 1891, redigida pelo primeiro: centralização dos poderes na figura do chefe do Executivo; reeleições permitidas no caso de o candidato alcançar as três quartas partes dos votos; assembléia legislativa exclusivamente orçamentária e sem percepção de subsídios; indicação do vice pelo presidente eleito.

A Constituição gaúcha trazia dispositivos que combinavam o centralismo autoritário com formas plebiscitárias, e o seu fim político era controlar o poder oligárquico dos estancieiros da Campanha. Transcrevo os artigos 32 e 33 da Carta castilhista que ilustram o espírito dos republicanos positivistas:

> "Art. 32 – Antes de promulgar uma lei qualquer, salvo o caso a que se refere o art. 33, o presidente fará publicar com a maior amplitude o respectivo projeto acompanhado de uma detalhada exposição de motivos.
>
> Art. 33 – Parágrafo 1.º – O projeto e a exposição serão enviados diretamente aos intendentes municipais [*prefeitos nomeados pelos presidentes de estado*, A.B.], que lhes darão a possível publicidade nos respectivos municípios.
>
> Parágrafo 2.º – Após o decurso de três meses, contados do dia em que projeto for publicado na sede do governo, serão transmitidos ao presidente, pelas autoridades locais, todas as emendas e observações que forem formuladas por qualquer cidadão habitante do estado.
>
> Parágrafo 3.º – Examinando cuidadosamente essas emendas e observações, o Presidente manterá inalterado o projeto, ou modificá-lo-á de acordo com o que julgar procedente.
>
> Parágrafo 4.º – Em ambos os casos do parágrafo antecedente, será o projeto, mediante promulgação, convertido em lei do Estado, a qual será revogada se a maioria dos conselhos municipais representar contra ele ao Presidente."

Esvaziando as atribuições do legislativo estadual, a Constituição de Castilhos reforçava as duas pontas extremas do processo eleitoral: o chefe do executivo e os vereadores (conselheiros municipais). Acresce que se facultava ao eleitorado o direito de cassar os mandatos dos deputados, sempre mediante voto aberto.

Ao examinar o texto da constituição gaúcha, Miguel Lemos afirmou, em carta ao confrade Demétrio Ribeiro, "que a nova constituição representava o passo mais adiantado até aqui realizado no sentido de nossas soluções". E acrescenta: "é a mais adiantada de todas quantas têm surgido até agora no Ocidente".[19] Em 1897, quando foi lembrado o nome de Castilhos para concorrer à presidência da República, Miguel Lemos e Teixeira Mendes manifestaram-se favoravelmente à sua candidatura.[20]

O elogio do Apostolado à Carta riograndense poderá parecer tendencioso, mas, ao menos em um dos seus artigos, o de n.º 74, assistirá razão a Miguel Lemos: "Ficam suprimidas quaisquer distinções entre os funcionários públicos do quadro e os simples jornaleiros, estendendo-se a estes as vantagens de gozarem aqueles." Somente um quarto de século depois, mais precisamente, a 31 de janeiro de 1917, foi que o México deu guarida, em sua Constituição, a dispositivos de defesa do trabalhador obreiro [braçal].[21]

As iniciativas políticas e econômicas de Castilhos e Borges de Medeiros confirmam a inspiração doutrinária que os norteou. Foram executivos fortemente centralizadores e, ao mesmo tempo, voltados para o que lhes parecia ser o bem público. Jamais os seus mais encarniçados inimigos levantaram a mínima suspeita sobre a probidade administrativa dos seus governos. Eram encarnações do jacobinismo republicano: Catões impolutos e implacáveis. O historiador José Murilo de Carvalho os chamou "bolchevistas da classe média", expressão que, descontada a hipérbole, não será de todo imprópria...

---

[19] LEMOS, Miguel. Apêndice à *13.ª Circular Anual* do Apostolado. Rio de Janeiro, 1893.
[20] LEMOS, Miguel. *17.ª Circular Anual*. Rio de Janeiro, 1899.
[21] Apud DIDONET, Zilah C. *O Positivismo e a Constituição Riograndense de 14 de julho de 1891*. Universidade de Santa Maria, 1977.

Em tempos de predomínio dos princípios liberais, Castilhos e Borges procuraram compensar, mediante impostos diretos, isenções às pequenas indústrias e medidas trabalhistas (ainda embrionárias) a desigualdade visível na sociedade gaúcha. Uma sociedade em que a riqueza estava concentrada nas mãos dos estancieiros exportadores de charque. No último quartel do século XIX, uma formação socioeconômica mais complexa e diferenciada foi emergindo com a chegada dos imigrantes italianos na Serra, vinhateiros em geral, e com a expansão de uma classe média ligada ao comércio urbano, à pequena indústria e às profissões liberais, sobretudo em Porto Alegre. O PRR representava, de preferência, esses grupos rurais (colonos, pequenos proprietários) e urbanos. Daí, as reiteradas isenções concedidas às manufaturas, contrastando com a taxação, módica embora, dos latifúndios da Campanha. Daí, o cuidado de criar um mínimo de legislação do trabalho que atendesse aos reclamos dos pequenos funcionários públicos e dos operários diaristas que os positivistas consideravam oprimidos pelo "empirismo dos chefes industriais". Os trabalhadores deveriam ser incorporados à sociedade, onde, no dizer incisivo de Comte, estavam apenas "acampados".

Se precisássemos qualificar a política castilho-borgista em termos de Direita ou Esquerda, teríamos dificuldade de encontrar um só rótulo. Como autoritária estaria à direita do liberalismo democrático pregado por seus opositores do Partido Liberal. Em termos de planejamento econômico e legislação social, porém, situava-se à esquerda das oligarquias e deve ser aproximada do trabalhismo inaugurado pelo seu herdeiro, Getúlio Vargas.

Iniciando a sua carreira como deputado republicano, em 1909, sob a égide do castilhismo, e sucedendo na Presidência do Estado, em 1928, a seu mentor, Borges de Medeiros, Getúlio representa o elo entre o comtismo dos republicanos e a vertente nacionalista, planificadora e trabalhista que, sob a sua influência direta, regeu o Brasil dos anos 30 até o golpe udeno-militar de 1964. Vargas, filho e irmão de militantes positivistas gaúchos, pronunciou o oração fúnebre em louvor de Júlio de Castilhos. Contava, então, vinte anos de idade. A presença comteana é tangível na sua formação ideológica: executivo forte,

escasso apreço pela instituição parlamentar, austeridade no trato das finanças públicas; apoio à nacionalização dos serviços públicos e de empresas de interesse estratégico;[22] enfim, mediação do Governo na relações entre o capital e o trabalho, concretizada nas leis que promulgou desde o Governo Provisório com a criação do Ministério do Trabalho. O novo órgão foi confiado a um positivista histórico, Lindolfo Collor.

Quanto às posições nacionalistas estatizantes, que marcariam o itinerário de Vargas até a sua trágica morte em 1954, devem ser atribuídas também ao clima favorável ao dirigismo econômico que se instaurou após a depressão de 1929. A crise do capitalismo liberal foi então ampla, tendo sido enfrentada por governos ideologicamente díspares como o Labour Party Inglês e o New Deal americano, o fascismo italiano e o integralismo português. O traço comum a todos era a intenção de regular pelo Estado as forças do mercado. No Brasil o positivismo social dos homens de 30 (que Joseph Love chamou de "geração de 1907", ano em que entraram para a vida pública) enxertou-se, como pôde, pragmaticamente, naquele novo tronco internacional. A Assembléia Constituinte elegeu, em 1934, Getúlio Vargas presidente da República com 175 votos contra os 54 votos dados a Borges de Medeiros, consagrando deste modo, em nível nacional, os líderes do republicanismo gaúcho. As idéias dos mortos, com previa o filósofo, continuavam a inspirar os vivos, mas o caleidoscópio da História não pararia de girar combinando formas antigas e novas, algumas imprevisíveis.

---

[22] Quanto às medidas de socialização dos serviços públicos tomadas por Borges de Medeiros e Getúlio Vargas no âmbito dos governos republicanos gaúchos, v. "A arqueologia do Estado-Providência" em *Dialética da Colonização*, ob. cit., pp. 289-294.